



INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

23 / MAIO / 2022

CARF AFASTA INCIDÊNCIA DE PIS SOBRE BENEFÍCIO ESTADUAL DE FOMENTO À INDÚSTRIA

Conselheiros entenderam que os valores correspondem a subvenção para investimento, e não para custeio

MARIANA BRANCO

BRASÍLIA

[Ler íntegra](#)

DIFAL DE ICMS

DIFAL DE ICMS: ALEXANDRE DE MORAES NEGA MEDIDAS CAUTELARES EM ADIS

Ministro considerou que LC 190/2022 não atrai o instituto da anualidade tributária

BÁRBARA MENGARDO

FLÁVIA MAIA

[Ler íntegra](#)

DIFAL: ESTADOS PODEM ACIONAR REGRA QUE IMPEDE RESTITUIÇÃO

Por Joice Bacelo

Demora do STF em julgar o tema gera risco de as empresas vencerem a discussão e não serem beneficiadas financeiramente

[Ler íntegra](#)

ESTUDO MOSTRA IMPACTO DO DIFAL DO ICMS NA INFLAÇÃO

Análise de economista é novo argumento para tentar adiar cobrança para 2023

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Ler íntegra](#)

LEVANTAMENTO DO JOTA

DECISÕES JUDICIAIS AFASTAM LIMITES À DEDUÇÃO DE DESPESAS DO PAT

Contra decreto, decisões afastam limitações para dedução das despesas com vale-alimentação e refeição do IRPJ

CRISTIANE BONFANTI

MARIANA RIBAS

[Ler íntegra](#)

DECISÃO DE MORAES

GOVERNO E EMPRESAS TÊM DÚVIDAS DO ALCANCE DE LIMINAR SOBRE IPI NA ZONA FRANCA

Uma das dúvidas é se a liminar se aplica só a produtos fabricados na região ou se inclui insumos usados no PPB

FABIO GRANER

[Ler íntegra](#)

AGENDA STF: MINISTROS JULGAM NECESSIDADE DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA PARA DEMISSÃO EM MASSA

Corte também pode definir outras discussões trabalhistas; veja

Por Valor — Brasília

[Ler íntegra](#)

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

STF: FIXAÇÃO DE ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA POR MUNICÍPIOS TEM REPERCUSSÃO GERAL

Tribunal de origem, em São Paulo, entendeu ser inconstitucional aplicação do IPCA como índice de correção

CRISTIANE BONFANTI

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Ler íntegra](#)

CHÃO DE FÁBRICA

BENEFÍCIO DA SUSPENSÃO DE IPI NÃO VALE PARA EMPRESAS EQUIPARADAS A INDUSTRIAIS

Por Danilo Vital

O benefício da suspensão de imposto sobre produtos industrializados (IPI), previsto no artigo 5º da Lei 9.826/1999 e no artigo 29 da Lei 10.637/2002, não pode ser estendido aos estabelecimentos equiparados a industriais.

[Ler íntegra](#)

RECURSO REPETITIVO

PRAZO DE VIGÊNCIA DE PATENTES MAILBOX É DE 20 ANOS CONTADOS DA DATA DO DEPÓSITO DO PEDIDO PELO INTERESSADO

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu, no rito dos recursos repetitivos, que o prazo de vigência e o marco inicial previstos no parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (LPI) não são aplicáveis às patentes depositadas na forma estipulada pelo artigo 229, parágrafo único, dessa mesma lei – as chamadas patentes mailbox (Tema 1.065).

[Ler íntegra](#)

TRIBUTÁRIO

CARF: CONFRATERNIZAÇÃO DE EMPRESA NÃO É DEDUTÍVEL DO IRPJ E CSLL

Entendimento é o de que despesas não seriam necessárias à atividade da empresa, conforme o artigo 299 do RIR/99

MARIANA RIBAS

[Ler íntegra](#)

TRIBUTÁRIO

CARF: ROYALTIES PAGOS A SÓCIO PJ NÃO SÃO DEDUTÍVEIS DO IRPJ

Decisão do colegiado se deu por seis votos a dois e levou em conta o artigo 353, inciso I, do RIR/1999

MARIANA RIBAS

[Ler íntegra](#)

TST DEFINE QUE TOMADORA E PRESTADORA DEVEM INTEGRAR PROCESSO QUE DISCUTA LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou, neste mês, acórdão de julgamento em que definiu que o litisconsórcio é necessário quando se discute a licitude da terceirização. Pelo entendimento, as duas empresas (tomadora e prestadora de serviços) devem fazer parte da ação trabalhista e a decisão deve produzir efeitos idênticos para as duas.

A página do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas do TRT da 2ª Região (Nugepnac) foi atualizada com a tese. Clique aqui para ler a íntegra. Vale lembrar que a decisão foi tomada sem modulação de efeitos, ou seja, vale para todos os processos.

<https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/tst-define-que-tomadora-e-prestadora-devem-integrar-processo-que-discuta-licitude-da-terceirizacao>

BAFÔMETRO: MULTA A MOTORISTA QUE RECUSA TESTE É VÁLIDA, DECIDE STF

Também foi mantida a proibição de venda de bebidas em estradas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou a regra do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que impõe a aplicação de multa, a retenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e apreensão da CNH por um ano a motoristas que se recusem a fazer teste do bafômetro, exames clínicos ou perícias visando aferir eventual influência de álcool ou outra substância psicoativa. O colegiado também manteve a proibição de venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos nas margens das rodovias federais.

[Ler íntegra](#)

MINUTA PRONTA

GOVERNO QUER ENVIAR PL SOBRE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA AO CONGRESSO AINDA EM 2022

Alinhamento das normas brasileiras ao modelo internacional é condição para que o Brasil entre na OCDE

CRISTIANE BONFANTI

BRASÍLIA

[Ler íntegra](#)

NOVO REFIS EM DEBATE NO CONGRESSO DEVE EXCLUIR PESSOAS FÍSICAS

Dívida tributária total de pessoas físicas e jurídicas soma R\$ 2,05 trilhões; desse montante, R\$ 149,9 bilhões são dívidas em aberto

[Ler íntegra](#)

PROJETO CLASSIFICA COMBUSTÍVEIS E ENERGIA COMO ITENS ESSENCIAIS PARA LIMITAR TRIBUTAÇÃO

A ideia é impedir que esses itens paguem a mesma alíquota tributária de produtos supérfluos

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

[Ler íntegra](#)

'SOBRECARGA DE INCERTEZA'

ABRASCA CRITICA RETOMADA DA DISCUSSÃO SOBRE REFORMA NO IMPOSTO DE RENDA

Entidade diz que cenário não é bom para mudança, que vem sendo articulada por presidentes da Câmara e Senado

FABIO GRANER

[Ler íntegra](#)

LIRA DETERMINA INSTALAÇÃO DE COMISSÃO SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA

Proposta substitui todos os tributos atuais por apenas três classes de impostos: sobre renda, consumo e propriedade

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Arthur Lira preside sessão do Plenário da Câmara

[Ler íntegra](#)

GOVERNO EDITA DECRETO QUE REGULAMENTA MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO NO BRASIL

Segundo governo, foco é exportar créditos a países e empresas que precisam compensar emissões para cumprir compromissos de neutralidade de carbono.

Por Pedro Henrique Gomes, g1 — Brasília

[Ler íntegra](#)

ICMS NA TRANSFERÊNCIA ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA PESSOA JURÍDICA: MAS E O CRÉDITO?

Discussão sobre 'efeito de recuperação' e seu impacto na não cumulatividade do icms volta ao centro das atenções

SERGIO VILLANOVA VASCONCELOS

[Ler íntegra](#)

CORTE NO ORÇAMENTO DIFICULTA VOLTA PRESENCIAL DO CARF

Valor destinado ao tribunal encolheu em mais da metade de 2021 para 2022, conforme apurou o JOTA

MARIANA BRANCO

[Ler íntegra](#)

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PUNE COM MULTA A INCLUSÃO DE CLÁUSULA ABUSIVA EM CONTRATO EMPRESARIAL

Texto também classifica como abusiva a cláusula contratual que impossibilitar ao autor da ação a escolha do foro

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

[Ler íntegra](#)

PACHECO TRAVA COMISSÕES DAS MPS

A paralisação dificulta o debate e fortalece os presidentes da Câmara e do Senado

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

[Ler íntegra](#)

NORMATIZAÇÃO

CVM EDITA 27 NOVAS RESOLUÇÕES RELACIONADOS AO DECRETO 10.139/19

Ação faz parte do trabalho de revisão e consolidação de atos normativos que aprovaram Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC

[Ler íntegra](#)

O MITO DAS BONIFICAÇÕES NO SETOR AUTOMOTIVO

Considerando o atual estágio jurisprudencial que cerca o assunto, faz-se premente aos contribuintes realizar um novo tipo de abordagem em suas contestações

Por Alessandro Borges

[Ler íntegra](#)

CIDADANIA FISCAL

BRASIL FIRMA ACORDO DE RECONHECIMENTO MÚTUO DO OEA COM OUTROS DEZ PAÍSES DAS AMÉRICAS E CARIBE.

O subsecretário-geral da Receita Federal, auditor-fiscal José de Assis Ferraz Neto, assinou o documento em evento na cidade de São Paulo.

[Ler íntegra](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)